



Parcialidade e (des)informação sobre a TV Digital no Brasil: grupos de pressão e confrontos¹

Adriana Cristina Omena dos Santos UFT/ECA-USP²

Resumo

O artigo é parte da tese de doutorado da autora, em que foram acompanhados os encaminhamentos acerca da implantação da TV Digital no Brasil, o posicionamento da imprensa e as articulações da sociedade civil organizada acerca do assunto. Tem como proposta apresentar uma visão panorâmica do enfrentamento dos grupos de pressão durante o processo e analisar as articulações políticas na implementação da TV Digital no Brasil. Verifica-se e analisa-se a partir de pesquisas bibliográfica, documental e entrevista, os posicionamentos dos vários grupos de pressão no contexto da aprovação do modelo japonês em detrimento do Sistema Brasileiro de TV Digital. A escolha do padrão japonês desconsiderou a necessidade de um debate político que resultasse em alterações do marco regulatório nacional, até então incompatível com os meios convergentes.

Palavras-chave: TV Digital, grupos de pressão, sociedade, opinião pública, SBTVD.

Os (des)acordos entre governo e os grupos de pressão acerca da TV Digital no Brasil

A tentativa de se chegar a uma TV Digital não é recente, vem sendo estudada desde a década de 70, tendo surgido nos anos 90 os três padrões internacionais mais conhecidos: o Americano ATSC³ (de 1993), o europeu DVB⁴ (também de 1993) e o Japonês ISDB⁵ (de 1999). No Brasil, o processo de implantação da digitalização da TV, recente e ainda em desenvolvimento, sofreu uma reviravolta, quando, com a mudança no quadro governamental nas eleições de 2002, a política de implementação da TV Digital terrestre foi interrompida e ampliada devido a algumas alterações introduzidas. As etapas de regulamentação saíram do controle da Anatel e passaram a ser vinculadas ao Ministério das Comunicações.

Logo após a eleição de Luis Inácio Lula da Silva, ao contrário do que ocorre atualmente, a postura do governo acerca dos encaminhamentos sobre a TV Digital foi positiva e tinha como foco uma política pública voltada para a democratização da comunicação e para inclusão social. Em dezembro de 2003 o governo, por meio do Ministério das Comunicações, editou o Decreto 4.901/03, através do qual se optou pelo desenvolvimento de um sistema nacional, inovador, ousado e comprometido com políticas públicas voltadas às necessidades do país, o Sistema Brasileiro de TV Digital – SBTVD (BRASIL, 2003a), ao invés da adoção de um dos padrões de TV Digital já existentes.

¹ Trabalho apresentado no I Colóquio Binacional Brasil - Argentina de Ciências da Comunicação, XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, trata-se de resultados parciais da tese de doutoramento defendida na ECA/USP em 2006.

² Professora no Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Mestre e Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e-mail: acomena@usp.br.

³ Advanced Television Systems Committee.

⁴ Digital Video Broadcasting.

⁵ Integrated Services Digital Broadcasting.



O Sistema Brasileiro de TV Digital instituído pelo Decreto presidencial, tinha entre suas várias propostas os objetivos de “estimular a pesquisa e o desenvolvimento e propiciar a expansão de tecnologias brasileiras e da indústria nacional” (INTERVOZES, 2006a, p.16). Em paralelo ao Decreto, o governo brasileiro promoveu a licitação de 22 editais para pesquisas a serem realizadas por consórcios de Universidades (de 2003 a 2006), utilizando os recursos públicos da Funttel⁶, mais de 50 milhões de reais, nas pesquisas do SBTVD conduzida pela FINEP⁷.

As pesquisas iniciais se encerraram em dezembro de 2005 e, embora os recursos chegassem com atraso, os resultados obtidos foram expressivos, notadamente em duas das áreas fundamentais para a constituição de um sistema de TV Digital: O *middleware* e a modulação. A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) desenvolveram dois *middlewares*: Maestro e FlexTV, atualmente unificados com o nome de Ginga. A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e o Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel) desenvolveram sistemas (SORCER e MISBTVD) para realizar a parte central da transmissão de TV Digital conhecido como modulação. Cabe ressaltar que reside na modulação o foco das disputas entre os padrões internacionais, e os resultados dos consórcios evidencia que o país possui tecnologia própria para o desenvolvimento de partes importantes da TV Digital.

Durante todo o período de debates e encaminhamentos acerca da TV Digital no Brasil (2003-2006) o governo não tomou nenhuma medida concreta para avançar o debate no âmbito regulatório. Somado a isso, em junho de 2006, durante a Copa do Mundo, e dias após ser obrigado pela legislação eleitoral a assumir a candidatura à reeleição, o presidente Lula assinou o Decreto 5.820/06, que implanta o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (VHF e UHF) (GUINDRE, 2006). O Decreto apresenta apenas 15 artigos, faz a opção pelo padrão japonês e desconsidera o fato de que a atual legislação brasileira não oferece sustentação jurídica para a maior parte das diretrizes apontadas no documento.

Para se compreender os confrontos e desgastes que ocorreram durante o processo de escolha do padrão de TV Digital no Brasil, cujos desdobramentos se arrastam até os dias de hoje, cerca de um ano após assinatura do Decreto 5.820/06, é necessário resgatar o início destes desgastes. Durante os encaminhamentos da implantação da TV Digital no Brasil o ministério das Comunicações foi ocupado por três ministros: Miro Teixeira, que foi quem propôs e acompanhou a publicação do decreto 4.901/03; Eunício Oliveira, que administrou de maneira mediana a seqüência aos encaminhamentos; e Hélio Costa, responsável pelo decreto 5.820/06 (BRASIL, 2006a) e defensor do ISDB.

A falta de entendimento entre o MiniCom e alguns grupos sociais teve início logo após a posse de Hélio Costa. Sua gestão iniciou-se e foi marcado por manifestações dos movimentos sociais que se

⁶ Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações

⁷ Financiadora de Estudos e Projetos.



posicionam de maneira muito contundente contra seus encaminhamentos no ministério. Foram publicados vários documentos enfatizando o posicionamento dos movimentos sociais, dentre os quais se destacam:

- *Carta Aberta à Sociedade Brasileira: A quem interessam as propostas de Hélio Costa? Foi publicada logo após a posse de HC pelo Coletivo Intervezes* - que discordava “da nova postura do Ministério de colocar em questão o Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), negando a possibilidade de um padrão brasileiro” (INTERVOZES, 2005a).
- *Carta Aberta ao Congresso Nacional, à Presidência da República e à sociedade brasileira com o título - TV digital: um debate que precisa de audiência.* Publicada em outubro de 2005, pelo FNDC, FENAJ⁸, Intervezes e grupo das entidades da Sociedade Civil ligadas às discussões da comunicação social. Afirmavam que as decisões sobre TV Digital são políticas e não apenas técnicas, como sustentado pelo governo. Finalizavam o documento afirmando que a situação exigia amplo debate público (INTERVOZES, 2005b).
- *TV digital, saiba por que você precisa participar deste debate* - Informativo Intervezes encartado na Revista Caros Amigos em novembro de 2005 e abordava os assuntos Democratização da Mídia, TV e Rádio Digital e a Indústria Nacional, Interatividade e o posicionamento do ministro Hélio Costa acerca do ISDB (INTERVOZES, 2005c).
- *Carta aberta à sociedade e ao governo brasileiro: Comunicação democrática é direito da sociedade e dever do Estado.* Publicado em dezembro de 2005 também Coletivo Intervezes. O movimento questionava o processo de implantação da TV Digital no Brasil (INTERVOZES, 2005d).
- Artigo intitulado “*O que o governo despreza no debate sobre a TV digital*”, publicado em janeiro de 2006 pelo FNDC (FNDC, 2006a); e artigo intitulado “*TV digital: princípios e propostas para uma transição baseada no interesse público*”. Publicado também em janeiro de 2006, porém pelo Coletivo Intervezes que denunciava a falta de informações para a sociedade sobre os encaminhamentos da TVD no Brasil e sobre o SBTVD - (INTERVOZES, 2006b).

Em meio a tantas publicações negativas acerca do assunto e mesmo sem uma decisão do MiniCom, surgiu, em meados de 2005, a publicação de que o Brasil já tinha seu sistema próprio de televisão digital, batizado de Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD), desenvolvido por pesquisadores das Universidades Federal da Paraíba, USP e *Mackenzie*, em teste em São Paulo desde o dia 15 de outubro de 2005. No início do mês de novembro ocorreu uma transmissão interativa experimental das imagens digitais de alta definição, no padrão MPEG 4, na sede da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência- SBPC. Na mesma semana, a SBPC enviou carta ao ministro, em defesa do padrão nacional (SBPC, 2005). O fato não recebera visibilidade midiática e a situação de desgaste se agravava a cada dia.

O *lobby* da radiodifusão pressionava o processo a ponto de, na segunda quinzena de janeiro, as emissoras produzirem e encaminharem um documento ao presidente Luis Inácio Lula da Silva com a visão dos radiodifusores a respeito do SBTVD. No documento, solicitavam a manutenção da data de 10 de fevereiro de 2006 para anúncio da escolha tecnológica e encaminhavam várias sugestões relativas ao modelo de TVD, em sua maioria enfatizando alta definição e modulação COFDM no sistema ISDB. Estrategicamente, em meio

⁸ Federação Nacional dos Jornalistas



aos desencontros entre Sociedade Civil e o ministro Hélio Costa, as emissoras imediatamente evidenciavam a escolha do ISDB como a melhor opção para o país (RADIODIFUSORES, 2006).

O cerco se completava com a entrada das empresas de telecomunicação no confronto, quando ainda no mês de janeiro de 2006, no dia 30, a Associação Brasileira de Telecomunicações, em audiência com o ministro Hélio Costa, entregou-lhe uma carta (TELEBRASIL, 2006) que apresentava considerações referentes ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD). Logo após a audiência a carta foi remetida a todos os demais ministros de Estado com representação no Conselho de Desenvolvimento do SBTVD.

Embora a crise fosse mais forte junto a alguns movimentos sociais e aos meios relacionados com a digitalização, começaram a surgir ações que corroboraram o posicionamento das entidades. A mobilização se avolumou, chegou ao Congresso e recebeu apoio de Walter Pinheiro, deputado federal pelo PT (BA) que propôs um projeto de lei (BRASIL, 2006b) que alterava a legislação de maneira a viabilizar a implantação da TV Digital, conforme proposto pelo Decreto 4901/03 e que, a princípio, ia de encontro à legislação em vigor.

No mês de fevereiro, tido como data para divulgação da escolha nacional de TV Digital, erroneamente pautada como decisão tecnológica, foi publicado um decreto que prorrogava por trinta dias a data de divulgação (BRASIL, 2006c). Frustrada a aprovação do ISDB defendido por Hélio Costa, o processo passou a ser conduzido pela Casa Civil, que se reuniu com os diversos atores na disputa, principalmente os representantes de padrões estrangeiros. A discussão evoluiu para uma negociação com os japoneses e europeus pelas melhores vantagens, e teve o foco direcionado para contrapartidas destes padrões no plano da política industrial.

Neste ínterim, as divergências entre o MiniCom e os representantes do Comitê Consultivo se agravaram mais quando o ministro, ao receber o documento - *Modelo de Referência: Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre* - produzido pelo CPqD (2006) e que indicava o DVB como o sistema mais adequado às particularidades do Brasil, não disponibilizou de imediato o documento, afirmando que caberia ao Presidente a sua divulgação. Entretanto, a situação não se sustentou, pois em pouco tempo foi possível ter acesso ao documento em inúmeros sites relacionados com o tema.

Com a relativa atenção dos meios noticiosos para o assunto o FNDC publicou o número 1 da revista - *MídiaCom Democracia* - que procurou levar a discussão para o marco regulatório e a democratização da comunicação, ao criticar a legislação nacional sobre Comunicação e Telecomunicações e afirmar que “Pressão da sociedade adia decisão e debate ganha fôlego” (FNDC, 2006b, p.10). Embora com circulação limitada a revista fez um bom resgate da situação e esclarecia a situação para quem ainda estava desinformado.

Como resultado das inúmeras manifestações de desaprovação pela condução dada ao assunto, a Câmara dos Deputados, em 08 de fevereiro de 2006, instaurou uma Comissão Geral para debater a TV Digital. Vários segmentos foram ouvidos e, embora não se tenha chegado a um consenso, o assunto ganhou maior visibilidade, inclusive com publicação de outros documentos que exigiam a interrupção das definições

O mês de março de 2006 foi notadamente o de maior atividade acerca dos encaminhamentos sobre a TVD no Brasil, marcado, logo no início do mês (07/03), por publicações de que Brasil e Argentina pretendiam adotar o mesmo padrão de TV Digital. A informação oferecida pelo ministro afirmava que "Nós estamos trabalhando em conjunto e discutindo as possibilidades de termos uma decisão conjunta, mas é importante lembrar que isso é feito em etapas" (SANTANA, 2006, p. 1). Posteriormente, o assunto foi retomado pelo deputado federal Orlando Fantazzini na reunião da Comissão de Direitos Humanos, Justiça e Políticas Carcerárias, do Parlamento Latino-Americano (PARLATINO, 2006).

O dia 08 de março, com muitas atividades a respeito do assunto, foi marcado pela realização de testes do padrão DVB-T na USP; publicação equivocada, na Folha de São Paulo, (FSP) de ação dos radiodifusores sobre a escolha do ISDB para o Brasil; e publicação de anúncio de página inteira (COMUNICADO, 2006), nos jornais brasileiros de maior circulação, em que as emissoras defendiam o ISDB como o melhor padrão para o Brasil.

Na matéria da FSP sobre o ISDB, a escolha se justificava pela oferta dos japoneses de investir US\$ 2 bilhões em uma fábrica de semicondutores no país, e pelo forte *lobby* das emissoras de TV em ano de eleições. A notícia, supostamente ‘plantada’⁹, segundo alguns jornalistas, foi negada no mesmo dia pelo presidente Lula, que estava em viagem a Londres, dizendo que pretendia continuar negociação sobre a escolha (TV DIGITAL, 2006a).

A respeito dos testes da Coalizão DVB, informações na imprensa afirmavam que o sistema aberto e internacional DVB demonstrou a possibilidade de colocar vários sinais de TV, ou programas, em um mesmo canal de seis MHz (faixa de frequência utilizada no Brasil), trabalhar alta definição, interatividade e recepção móvel, o que atendia ao modelo de negócios de preferência das emissoras de TV aberta, e também permitia outros modelos de negócios adicionais. A demonstração, que foi acompanhada pelos professores de Universidades e Centros de Pesquisas (USP, Unisinos, Certi e UFPB), teve como resultado um memorial descritivo, cujo release (COALIZÃO, 2006), embora tenha recebido pouca atenção da imprensa, apresentava uma síntese com resultados dos testes.

A campanha publicitária promovida pelas principais redes de TV, com o tema "Televisão aberta. 100% Brasil. 100% Grátis", foi estampada nos jornais (COMUNICADO, 2006) e exibida na TV com a intenção de fixar a idéia de que o sistema de TV Digital devia ser aquele defendido pelas emissoras. O anúncio assinado pelos radiodifusores, afirmava que, para garantir a qualidade do sinal, a alta definição, a mobilidade e a interatividade, "só existe um sistema no mundo: o ISDB-T, adotado no Japão e recomendado para a TV Digital do Brasil pela Sociedade de Engenharia de Televisão (SET) e pelas emissoras de TV". A campanha foi

⁹ Publicação de notícia, muitas vezes falsa, com intuito de favorecer ou desprestigiar alguém ou algo.



assinada pelas empresas: Bandeirantes, Cultura, Globo, Record, RedeTV!, Rede Vida, SBT, 21, CNT e Rede Mulher, numa inédita ação conjunta entre as emissoras de televisão.

Ainda no mês de março, o embaixador da Comunidade Européia e a Coalizão DVB (padrão digital europeu), composta por *Siemens, Nokia, Philips, ST Microelectronics, Thonsom e Rohde&Schwarz*, entregaram ao governo a oferta destinada ao desenvolvimento de uma indústria de semicondutores, caso sua tecnologia fosse a escolhida. Nos documentos entregues, além da carta do embaixador (UNIÃO EUROPEIA, 2006) e do projeto de implantação de microcondutores no Brasil, constava uma tabela comparativa das contrapartidas oferecidas ao Brasil pelos padrões e seus consórcios, e um quadro com a estatística mundial de adoção da TV Digital.

Na maior parte do tempo da pesquisa, a divulgação das informações esteve limitada a um público reduzido, embora a movimentação em torno do tema tenha conseguido aumentar sua visibilidade e vários sites informativos como a Folha Online, Grupo de Mídia ou Teleco, por exemplo, divulgavam enquetes, artigos e cartilhas acerca do assunto, em particular relacionados aos padrões internacionais e brasileiro.

A primeira semana de abril de 2006 também foi marcada por inúmeras atividades. No dia 03, aconteceu uma Audiência Pública seguida de reunião do Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso, para debater a implantação da TV Digital. Entretanto, não houve consenso entre os participantes a respeito de vários pontos, como por exemplo, o financiamento da TV Digital, assunto que dividiu as entidades que participavam do evento.

No dia seguinte, 04 de abril de 2006, na Plenária 5 da Câmara dos Deputados, aconteceu uma Audiência Pública sobre “As potencialidades da TV Digital e do estágio atual do debate sobre o SBTVD”, com participação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática. Na ocasião, foi lançada a “*Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital*”, que produziu ofício assinado por mais de 50 entidades e encaminhado à Casa Civil em 05 de abril. No documento, a Frente reafirmava sua convicção de que na implantação de um novo modelo para o sistema de radiodifusão brasileiro deveria prevalecer o interesse público, e solicitava abertura imediata de consulta pública para colher contribuições acerca dos documentos produzidos pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD). Apesar da pressão neste sentido a audiência não se realizou.

Um dos acontecimentos de destaque no mês de abril foi a assinatura, entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão, de um *Memorandum of Understanding*¹⁰ -MoU- (BRASIL, 2006c) entre os Governos da República Federativa do Brasil e do Japão, “referente à implementação do sistema brasileiro de TV Digital, baseado no padrão ISDB-T, e à cooperação

¹⁰ Memorando de entendimento



para o desenvolvimento da respectiva indústria eletroeletrônica brasileira”. Embora o memorando não comprovasse que fosse esta a escolha oficial, a assinatura do documento foi um passo forte neste sentido.

Com a assinatura do MoU em 13 de abril, a União Européia (UE) reagiu, na tentativa de interferir na escolha veiculada praticamente como certa pela maior parte da imprensa. O presidente da França, Jacques Chirac, enviou carta ao Presidente Lula pedindo novas reuniões. Conforme informações obtidas na pesquisa documental, as autoridades do Brasil e da UE provavelmente se encontrariam em Viena, quando seria realizada a Cúpula Europa-América Latina e Caribe. As tentativas mostraram-se inúteis.

A decisão sobre se o padrão seria o ISDB precisava ter o aval do Presidente da República, que logo após a assinatura do MoU com o Japão, deu a entender que ainda não havia tomado uma decisão sobre qual padrão de TV Digital seria implantado no Brasil, pois ainda era cedo para uma definição final sobre o tema. Para o presidente, os passos seriam mensurados de modo a trazer o melhor para o país.

O fato criou enfrentamento entre o ministro Helio Costa e Dilma Rouseff, da Casa Civil, que mantinha entendimentos com a Comunidade Européia para detalhar a proposta de escolha do padrão DVB. Representantes da União Européia e da Coalizão DVB insistiam com o governo brasileiro para que analisasse sua proposta, e contavam nesse ponto com o apoio da Casa Civil que, embora não se manifestasse publicamente era, aparentemente, favorável ao padrão europeu (TV DIGITAL, 2006b).

O Congresso Nacional, por sua vez, também desenvolveu ações relacionadas ao assunto, como reportagens, entrevistas, acesso a *chats*, especiais e vídeos-documentários que abordavam o tema. No início de abril (em 05/04/2006) foi apresentado o requerimento nº 258/06 pela deputada Luiza Erundina, que requeria “a realização de Audiência Pública para avaliar os relatórios finais dos consórcios do Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD”. Tais ações indicam a preocupação do Congresso Nacional com a decisão, inclusive porque o país investiu R\$ 54 milhões no desenvolvimento de um sistema nacional (BRASIL, 2006d).

Neste sentido, e relacionado com TVD e o desgaste entre governo e diferentes grupos de pressão, além da assinatura de memorando com o Japão, o ambiente na Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados parecia tenso. A deputada Luiza Erundina (PSB/SP), em 19 de abril, solicitou audiência com o ministro das relações institucionais, Tarso Genro, para manifestar o desconforto da comissão em relação ao tema. Em sua fala ela afirmava que

Falta apreço deste governo à nossa comissão, de uma forma tal que eu nunca havia presenciado como deputada, pois sempre fomos ouvidos e contribuimos com os diversos governos [...] o governo trata os deputados "como palhaços" [...] é melhor acabar de vez com esta farsa de ficarmos aqui fazendo audiência pública e seminários para discutir uma decisão que já está tomada pelo governo sem ao menos nos consultar. Até agora eu tive paciência, mas não dá mais (ZANATA, 2006, p. 2).

No mesmo dia, o deputado Walter Pinheiro (PT-BA) solicitou oficialmente uma audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para discutir os encaminhamentos do governo sobre a escolha do padrão da TV Digital para o Brasil, incluindo os resultados da viagem ministerial ao Japão. O deputado afirmou:

"quero saber se o governo assinou um documento com o Japão sobre o modelo de negócios. Se assinou, está errado" (BRASIL, 2006d).

A Câmara dos Deputados, de fato, decidiu-se pela importância de discutir o assunto, o que foi positivo, embora paradoxal, pois em consulta aos arquivos da câmara, encontram-se informações de várias solicitações ou requerimentos por audiência pública, que tinham como objeto de consulta a TV Digital e que foram arquivados exatamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática que solicitava tal medida, novamente em abril de 2006. A situação de confronto agravou-se de maneira considerável. Ao mesmo tempo, o Conselho de Altos Estudo e Avaliação Tecnológica, em parceria com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados realizou, no dia 16 de maio de 2006, o Seminário *TV Digital: Futuro e Cidadania - Obstáculos e Desafios para uma Nova Comunicação*.

O fato merece atenção especial, uma vez que o evento foi marcado por um grande desgaste, quando o ministro das Comunicações, Hélio Costa, determinou que a Anatel proibisse as transmissões experimentais dos padrões norte-americano, europeu e brasileiro, uma vez que os representantes do padrão japonês não haviam comparecido ao evento. Os vários atores envolvidos no processo afirmaram que o governo não “tinha interesse na comparação entre os padrões”, pois isto evidenciaria a existência e funcionamento de um sistema desenvolvido no país, por pesquisadores brasileiros.

Foram realizados, ainda, outros eventos para debate e discussão do assunto, organizados pelos diferentes grupos envolvidos nos encaminhamentos: pesquisadores, radiodifusores, empresas de telecomunicações, consórcios dos padrões internacionais ou movimentos sociais relacionados com a democratização da comunicação. Vários destes eventos deram origem aos inúmeros documentos encontrados durante a pesquisa documental.

Outra ação que merece destaque foi a resposta do FNDC à campanha publicitária das emissoras que defendiam uma “Televisão aberta. 100% Brasil. 100% Grátis”. O Fórum fez os cálculos e revelou que a televisão “gratuita e aberta” custava a cada lar brasileiro, no ano de 2005, um valor maior do que R\$ 200,00 (MARINI; GORGËN, 2006). De acordo com o FNDC, o brasileiro paga pela televisão que recebe aparentemente de maneira gratuita. Com base nos dados do IBGE e do Projeto Inter-Meios, o FNDC estimou em pelo menos R\$ 203,44 anuais o valor que cada domicílio pagou, no ano de 2005, para sintonizar os canais abertos. Para chegar ao cálculo, apenas dividiu a arrecadação publicitária anual em televisão na cifra de R\$ 9.507 bilhões pelos 46.733.120 domicílios no país.

Todos estes encaminhamentos trouxeram ao debate a maior visibilidade adquirida durante todo o tempo de acompanhamento das publicações (em matérias, notas e editoriais em veículos de comunicação do Brasil todo, inclusive on-line). Não obstante, mesmo após a publicação do Decreto 5.820/06 sobre a TV Digital

no Brasil, o quadro instaurado não sofreu alterações e se intensificava cada vez mais o movimento contestatório às conduções do governo sobre o assunto, por parte dos movimentos sociais organizados relacionados ao tema.

O discurso midiático e a opinião pública sobre a TV Digital no Brasil

Ainda que os encaminhamentos não tivessem sido finalizados, como a preocupação do trabalho que resultaria na tese de doutorado era notadamente evidenciar os confrontos entre os vários grupos de pressão no processo, foi possível, em meados de 2006, encerrarmos o acompanhamento cotidiano dos fatos e da visibilidade midiática do assunto. Ainda assim, demos continuidade a um acompanhamento mais distante acerca do tema, que nos permite a afirmação, conforme exposto anteriormente, de que o quadro que se seguiu ao Decreto 5.820/06 era bastante similar ao exposto, inclusive no que diz respeito aos confrontos, ao *lobby* dos grupos envolvidos e aos posicionamentos do governo.

Com o propósito de analisar as informações disponibilizadas sobre a digitalização da TV no Brasil, além de acompanhar a participação da sociedade nas discussões relevantes sobre o SBTVD, foram utilizadas mais de uma ferramenta de coleta de dados, a saber: elaboração de clipping das publicações a respeito do tema, compreendido entre 2000 e 2006; análise do material selecionado e entrevista em profundidade com representantes da Sociedade Civil organizada.

Durante o período de acompanhamento de publicações (*clipping*), foi possível perceber que, na maior parte do tempo, o assunto não recebeu visibilidade midiática pertinente aos impactos que a digitalização traz consigo. No recorte do *corpus*, a amostra selecionada para análise evidencia que, nas publicações que abordavam o assunto durante o período, somente nos últimos seis meses de acompanhamento a implantação da TV Digital no Brasil passou efetivamente a receber maior atenção dos meios de comunicação.

A análise junto à amostra indicou que dentre os enfoques, o assunto relativo aos padrões tecnológicos foi o mais encontrado nos textos, seguido de convergência/TVD; em terceiro, empatados, apareciam TVD/sociedade e TVD/governo/MiniCom, seguidos de poucas matérias que tinham como assunto a digitalização do rádio no Brasil. Quando subdividimos as informações encontradas no assunto “padrões”, os resultados indicam o padrão ISDB como o mais mencionado, praticamente empatado com o padrão SBTVD; em terceiro lugar foi localizado o padrão DVB, seguido do ATSC e DMB ou padrão chinês.

Durante a análise do material selecionado, veio à tona a fragilidade com que foram conduzidas as discussões no âmbito da sociedade. Tal fato comprometeu a opinião dos indivíduos a respeito do tema, pois só através do conhecimento das experiências e desenvolvimento efetivo da televisão digital, é possível seguir os traços dos caminhos questionadores que projetam as novas redes de informação no contexto histórico atual, seja no âmbito tecnológico, econômico e cultural, seja na ordem político-regulatória.

Após a análise do material selecionado foram realizadas entrevistas em profundidade, porém estruturadas, aplicadas no ínterim entre a transição de ministros, a insatisfação do Comitê Consultivo sobre sua representatividade e o momento reivindicatório que marcava os meses de março e abril de 2006. As entrevistas



foram realizadas junto à Sociedade Civil organizada, com entidades representativas de vários atores sociais, e os resultados obtidos indicavam as tendências do quadro que seria instaurado sequencialmente.

As mensagens foram encaminhadas para representantes da Sociedade Civil organizada. Foram consideradas quaisquer entidades envolvidas nas discussões, ou que pudessem vir a ser impactadas com os encaminhamentos do SBTVD, como por exemplo, as representações de classe ONGs e Instituições Públicas, representantes das emissoras e empresas relacionadas com a área, pesquisadores e estudiosos da área, além das entidades integrantes do Comitê Consultivo¹¹ do SBTVD.

Dentre as respostas obtidas foi possível perceber que as opiniões, dentre os que participam do debate, são divergentes e divididas em grupos de pressão de atores sociais que representam: a academia, a indústria, os radiodifusores, empresas de telecomunicações e TV por assinatura e a Sociedade Civil, representada por movimentos sociais.

De maneira geral, as falas dos representantes da academia defendem um sistema nacional compatível com os internacionais, apóiam o efetivo desenvolvimento do SBTVD, que produziu resultados concretos, e o envolvimento do poder legislativo nos encaminhamentos para decisões que dizem respeito à legislação. A indústria, por sua vez, tem posicionamento próximo ao da academia, pois defende a participação no mercado (que pode ser aberto por um sistema nacional), a utilização de software brasileiro no padrão adotado, o desenvolvimento de um padrão totalmente brasileiro, e a necessidade de transparência nos encaminhamentos, que devem considerar o poder de compra da sociedade.

Os radiodifusores defendem a manutenção do modelo atual de TV aberta, gratuita que tem como suporte apenas a publicidade; defendem também que a radiodifusão integre 90% do País, sendo fruto do investimento privado nacional e que, portanto, este investimento deve ser considerado. Aconselhavam uma decisão imediata sobre o padrão técnico da TV Digital e a manutenção da largura de faixa no espectro.

As empresas de telecomunicações defendem o uso da tevê digital para a inclusão social e solicitam a participação nas discussões sobre o modelo de serviços. Afirmam que é preciso viabilizar melhor utilização do espectro e rede de frequência única, o que exige alterações nas outorgas de radiodifusão e nova definição referente a serviços de telecomunicações, de maneira a incluir a radiodifusão. Com discurso similar, as operadoras de TV por assinatura defendem a definição de modelo de negócios antes da tecnologia, que leve

¹¹ Associação Brasileira de Cinematografia (ABC), Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE), Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (ABIPTI), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABPEC), Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Televisão (ABPI-TV), Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU), Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Software e Internet (ASSESPRO), Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (ELETROS), Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações (FITTEL), Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), Rede de Informações para o Terceiro Setor (RIITS), Sociedade Brasileira de Computação (SBC), Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), Sociedade Brasileira de Telecomunicações (SBt), Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações (SET), Sociedade para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFTEX), e União Nacional de Emissoras e Redes de Televisão (UNETV).

em consideração a interatividade, e um *set-top-box* único, com preço acessível e que viabilize interação e inclusão social a toda a sociedade.

Apresentado principalmente por meio de ONGs e movimentos sociais, o discurso da Sociedade Civil no evento não é consensual. Alguns defendem o adiamento da decisão sobre o SBTVD até que ocorra um debate político referente ao tema, pois o debate técnico não dá voz às necessidades da sociedade. Outros defendem a imediata participação do Congresso na definição do SBTVD, que viabilize ampliar o debate a respeito do assunto junto à sociedade. Afirmam a necessidade de rever a política industrial e o marco regulatório do setor para que se permita o uso do SBTVD como instrumento de inclusão social.

Acerca da discussão sobre o SBTVD, alguns atores da Sociedade Civil defendem que a pauta deva incluir uma política para o uso dos novos canais que vão surgir, outros partem da premissa de que, segundo a Constituição Federal, a transmissão de conteúdo é privativa das empresas de radiodifusão. Percebe-se na análise das entrevistas que o assunto, relativamente novo e controverso, apresenta uma multiplicidade de desdobramentos, sendo possível uma análise apenas de recortes dessa realidade, uma vez que a implantação da TV Digital Interativa ainda se encontra em desenvolvimento atualmente. No entanto, em qualquer recorte que se faça, percebe-se a desinformação ou ausência nas discussões de dados importantes ao tema.

As (des)informações no debate sobre a digitalização no Brasil

Ao final da pesquisa foi possível perceber que no debate sobre a digitalização ainda há muito a ser dito, uma vez que o mesmo não é tão simplista como apresentado até o momento. Deve-se debater o potencial de inclusão social, e as implicações da implantação de um sistema em longo prazo, mesmo porque o período para a completa transição do analógico para o digital deverá levar vários anos, tendo em vista o limitado poder de compra do brasileiro. Carecem de debate, também, os investimentos necessários à digitalização e, principalmente, como esses investimentos serão divididos entre concessionárias, indústrias e consumidor. Admite-se que a discussão tecnológica tenha conseguido mostrar-se e firmar-se como relevante diante da emergente necessidade da implantação da TV Digital no Brasil, mas ela, em si é insuficiente para satisfazer o debate.

A digitalização foi apresentada pela maior parte dos vários segmentos envolvidos no debate como algo simples, para a qual basta uma escolha entre três possibilidades técnicas. Na verdade, o que interessa nesse debate é tudo “o que não foi dito”, como por exemplo, a política industrial, muito importante para a economia brasileira e que, devido aos encaminhamentos do MiniCom, talvez permita exportar apenas para duas cidades do Japão.

A urgência com que o assunto foi tratado era um dos pontos defendidos pelo *lobby* da radiodifusão e segundo o Intervezes (2006a, p. 23) foi a emissora Rede Globo que aproveitou “o poder de pressão que possui sobre o governo em momentos eleitorais para emplacar aquilo que é melhor para seus negócios”. Fato similar ocorreu no governo anterior. No entanto, o mesmo optou por prorrogar a decisão para

depois das eleições. Nessa reflexão cabe lembrar que alguns representantes de emissoras chegaram a afirmar na Comissão Geral, que ocorreu na Câmara dos Deputados, que “somos nós que veiculamos o horário eleitoral gratuito”. Na ocasião, quatro falas dos radiodifusores fizeram uso dessa afirmação aos parlamentares, o que leva à percepção de quanto e o que estava em jogo na condução deste processo em um período pré-eleitoral.

O debate ainda não se aprofundou em questões como o modelo de negócios e política industrial, produção de conteúdo bem como sobre características da digitalização no Brasil tendo como pressuposto os avanços obtidos com as pesquisas nacionais, que atenderam aos indicativos do decreto presidencial de 2003 e apresentaram nível de qualidade compatível aos padrões que disputavam entre si pela escolha brasileira. Apesar de constar entre os assuntos não abordados, o padrão de modulação desenvolvido pelos pesquisadores brasileiros também permite transmissão para recepção móvel, até então tida como exclusiva do sistema japonês. Se considerado o padrão chinês como possibilidade, a proposta nacional representaria o quinto padrão, ainda que o governo insistisse na existência de apenas três.

A ausência do debate ou a política da desinformação, a política do não dito, interessa a alguns atores sociais devido suas fragilidades, pois sem debate, a opinião é pública, porém discutível; permite discordância, expressa juízos de valor e por vezes, não coincide com a verdade, justamente por ser opinião individual e estar sujeita à esfera pública midiaticizada. Neste sentido, muito do que é dito apenas confunde ou desinforma e não alerta sobre os reais impactos que a digitalização trará à vida de todos os brasileiros.

A noticiabilidade dos últimos encaminhamentos

O Decreto 5.820/06 que implanta a TV Digital aberta no Brasil apresenta poucas definições e remete boa parte das medidas a serem tomadas para uma futura regulamentação. Diminuiu de onze para três as possibilidades do sistema e determina que o Brasil seja o segundo país do mundo a usar a tecnologia japonesa ISDB. Antes dele, apenas o Japão emprega tal modulação. Muitas das diretrizes do atual decreto acabaram com as esperanças criadas pelo decreto 4.901/03.

A transição para a TV Digital contempla três dimensões: a regulatória, a do radiodifusor e a do consumidor. Todas as três possibilidades previstas no atual decreto dizem respeito diretamente aos radiodifusores, evidenciando a manutenção do atual cenário de concentração da propriedade dos meios de comunicação de massa a utilização das novidades tecnológicas para reafirmar o domínio no setor em detrimento às oportunidades para o desenvolvimento da ciência e tecnologia nacionais.

Aparentemente o SBTVD nasceu morto, pois com a publicação das especificações do sistema em 17 de janeiro de 2007, pelo Conselho de Desenvolvimento, o SBTVD foi rebatizado pelo Fórum Brasileiro de TV Digital e recebe hoje o nome de *International System for Digital TV* (ISDTV). Tem início das transmissões previsto para o final de 2007. E, pelo menos no início, trará apenas uma simples cópia do modelo japonês, devido à ausência de um marco regulatório que garanta a inserção das inovações tecnológicas desenvolvido nos centros de pesquisa brasileiros e previsto no decreto assinado.

Apesar de os incentivos para a produção da TV Digital ter sido incorporado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) criado em 2007 pelo governo federal, todo o processo corre riscos, pois se encontra em andamento no Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) envolvendo a digitalização da TV no Brasil. Logo após a assinatura do decreto 5.820/06, o Ministério Público Federal de Belo Horizonte (MG) entrou com um processo no sentido de anular o decreto. O Juiz Federal que julgou o mérito e indeferiu a ação alegando inadequação, recebeu visita do ministro das Comunicações, Hélio Costa, antes de arquivar o processo.

A situação tomou outros contornos, uma vez que, de acordo com a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC -MG), autora da ação, uma sub-Procuradora Geral da República, instaurou procedimento de investigação para corrigir as ilegalidades do decreto em questão. Somado a isso, um estudo da Câmara dos Deputados sobre o assunto afirma, ainda, que o acordo entre Brasil e Japão deve, necessariamente, passar pela aprovação do Congresso Nacional, pois a decisão não cabe ao poder executivo. De acordo com o estudo, tendo como base artigos 21 (inciso XXI, alínea a) e 102 (inciso I, alínea a) o decreto pode ser considerado inconstitucional e permite a interposição de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) junto ao Supremo Tribunal Federal (FNDC, 2007).

Independentemente da condução dada pela PRDC - MG, com a publicação de medida provisória acerca dos incentivos para a TV Digital previstos no PAC, o Partido da Frente Liberal/Democratas (PFL/DEM) propôs ao Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3863, com pedido de liminar. O processo tem como relator da ação o Ministro Ricardo *Lewandowski* do STF. Na ação, o partido questiona dispositivos da Medida Provisória (MP) 352/07, que instituiu um conjunto de medidas fiscais para estimular a produção de equipamentos para TV Digital. Pedem ao supremo que conceda medida cautelar inaudita *altera pars* (sem ouvir a parte contrária) tendo em vista urgência e risco de dano à segurança jurídica (STF, 2007). Segundo o PFL, o governo está usando o artifício da MP para avançar sobre a poupança dos trabalhadores, sem dar, em contrapartida, garantia alguma de retorno do dinheiro do FGTS.

Para dificultar ainda mais os encaminhamentos, o cronograma de encontros entre Brasil e Japão sobre a TV Digital enfrenta impasses uma vez que o grupo brasileiro, sem poder visitar as indústrias japonesas, defende a revisão do acordo de cooperação tecnológica previsto no Decreto 5.820/06 em que o Brasil optou pelo padrão japonês. Uma das propostas do acordo seria a troca de experiências e cooperação entre centros de pesquisas japoneses e brasileiros, e não foi permitido aos brasileiros cumprir a programação inicial que incluía visita às indústrias. Segundo Marques (2007) o pretexto alegado pelos japoneses foi o de proteger segredos industriais.

O debate ainda se encontra distante de uma conclusão, embora a decisão do governo tenha sido tomada e informada. Não obstante, a sociedade organizada, que já obteve pequenas vitórias neste processo, se organizada e mobilizada poderá conseguir um reordenamento nas conduções, inclusive no atual estado da arte



acerca do assunto. Na verdade são necessários novos estudos que incitem o início de uma discussão mais ampla, envolvendo desde o acesso tecnológico e a exclusão digital até alterações no marco regulatório anacrônico em vigência, uma vez que a evolução tecnológica tornou obsoleta toda a regulamentação do setor.

Referências

BRASIL, Câmara dos Deputados. Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática. **Ata da 4ª reunião ordinária**. Brasília, 19 abr. 2006d. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/comissoes/permanentes/cctci>>. Acesso em: 23 abr. 2006.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 6525 de 2006** de 19 de janeiro de 2006b. Dispõe sobre a evolução dos serviços de radiodifusão, altera a Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962. Disponível em http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=312102. Acesso em 25 fev. 2006.

BRASIL, Ministério das Comunicações. **Decreto 4.901** de 26 de novembro de 2003a. Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 27 nov. 2003. Disponível em: <<http://sbtvd.cpqd.com.br>>. Acesso em: 03 jan. 2005.

_____. **Decreto 5.820** de 29 de junho de 2006a. Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 30 jun. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm>. Acesso em: 12 set. 2006.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Assessoria de imprensa do Gabinete. Palácio Itamaraty. 13 de abril de 2006 c. **Memorando entre os governos do Brasil e do Japão sobre a implementação do sistema brasileiro de TV Digital e a cooperação para o desenvolvimento da respectiva indústria eletroeletrônica brasileira**. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe.asp?ID_RELEASE=3680&Impime=on>. Acesso em: 13 abr. 2006

COALIZÃO DVB Brasil. Demonstração DVB-T na USP, 08 de março de 2006. Com apoio da USP, CERTI, Unisinos e UFPB. Disp. http://www.dvbbrasil.com.br/lemais_materias.php?cd_materias=31. Acesso em 15 mar. 2006.

COMUNICADO. Televisão Digital. 100% Brasil. 100% grátis. Anúncio dos radiodifusores de página inteira na imprensa Nacional: **Jornal Folha de São Paulo**, 08 de março de 2006.

CPQD. Centro de Desenvolvimento de Pesquisa em Telecomunicações (Brasil). **Modelo de referência – Sistema brasileiro de TV Digital**5. 10. fev. 2006. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/digital/docs/documento0_cpqd.html>. Acesso em: 27 fev. 2006.

FNDC. Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (Brasil). **O que o governo despreza no debate sobre a TV Digital**: Elementos para a recuperação do interesse público no projeto estratégico da digitalização das comunicações no Brasil. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/arquivos/ManifestoCC-SBTVD.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2006a.

_____. **Mídia Com Democracia**: Revista do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, ano 1, n. 1, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/arquivos/ManifestoCC-SBTVD.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2006b.

_____. Estudo da Câmara concluiu que implantação da TV Digital deveria ser submetida ao Congresso. 27/01/2007. Disponível em <http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=126643>. Acesso em 05 fev. 2007

GINDRE. Gustavo. Um decreto durante a copa. **Boletim Prometheus**. Nova Fase. 10 de julho de 2006.

INTERVOZES Coletivo Brasil de Comunicação Social **Carta Aberta à Sociedade Brasileira: A quem interessam as propostas de Hélio Costa?**. 02 ago. 2005a. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/noticias/09-05-004.htm>>. Acesso em: 12 set. 2005.

_____. Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Carta Aberta ao Congresso Nacional, à Presidência da República e à Sociedade Brasileira TV Digital: um debate que precisa de audiência** 2005b. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/noticias/09-05-003.htm>>. Acesso em: 04 jan. 2006.



_____. Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Carta Aberta à Sociedade Brasileira: Comunicação democrática é direito da sociedade e dever do estado**. 05 dez. 2005d. Disponível em:

<http://www.intervozes.org.br/digital/manifestos/Carta_aberta_SBTVD_05-12-2005.doc>. Acesso em: 26 fev. 2006.

INTERVOZES. Coletivo Brasil de Comunicação Social. **TV Digital: decisão em ano eleitoral revela os interesses dos que não querem democratizar as comunicações**. Brasil, maio de 2006a.

_____. Coletivo Brasil de Comunicação Social. **TV Digital: princípios e propostas para uma transição baseada no interesse público**. 19 jan. 2006b. Disponível em:

<http://www.intervozes.org.br/arquivos/TVD_Intervozes.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2006.

_____. Coletivo Brasil de Comunicação Social. **TV Digital: saiba por que você precisa participar desse debate**. Encarte na Revista Caros Amigos, novembro 2005c. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/arquivos/pdf>>.

Acesso em: 04 jan. 2006.

MARINI, Ana Rita; GORGËN, James. **Quanto você paga para ver a TV gratuita?**. Disponível em:

<<http://www.fndc.org.br/internas>>. Acesso em: 24 mar. 2006.

MARQUES, Marineide 2007. Cronograma de encontros Brasil-Japão sobre TV Digital enfrenta impasse. **Telecom Online**. Disponível em <http://www.fndc.org.br/print.php?p=conteudo&cont_key=135625>. Acesso em 27 fev. 2007.

PARLATINO debate unificação do padrão de TV digital na AL. **TI Inside News**. 13 abr. 2006. Disponível em: <<http://www.tiinside.com.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2006.

RADIODIFUSORES. Representantes da Empresas de Radiodifusão de Sons e Imagens. **Carta ao Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva: A visão dos radiodifusores**. Brasília, 2006. 03 p. Disponível em

<<http://www.set.com.br/tecnologia.htm>>. Disponível em 22 fev. 2006.

SANTANA, Érica. Ministro diz que Brasil e Argentina pretendem adotar o mesmo padrão de TV Digital. **Rádiorás Brasil Agora**. 07 mar. 2006 **Agência Brasil**. Disponível em: <<http://www.radiobras.gov.br/abm/brasilagora/materia>>. Acesso em: 10 mar. 2006.

SBPC. Sociedade Brasileira Para O Progresso da Ciência. **Carta ao Ministro Hélio Costa: Solicita apoio para segunda fase de desenvolvimento do projeto**. São Paulo, 2005. 01 p.

STF. Supremo Tribunal Federal. **Dispositivos da medida provisória da TV Digital são questionados pelo PFL**. 02 de março de 2007. Disponível em

<<http://www.stf.gov.br/noticias/imprensa/ultimas/ler.asp?CODIGO=224426&tip=UN¶m=>>> acesso em 18 mar. 2007.

TELEBRASIL. Associação Brasileira de Telecomunicações. **Carta ao Ministro Hélio Costa. Considerações sobre o sistema Brasileiro de TV Digital SBTVD**. Rio de Janeiro, 2006, 06 p. Disponível em

<<http://www.telebrasil.org.br/arquivos/cartaministro.doc>> acesso em 22 fev. 2006.

TV DIGITAL causa queda-de-braço entre ministros. **Home Theater Express**. ed. 47, 19 abr. 2006a. Disponível em:

<<http://www.htexpress.com.br/ed47/tvdigital.php>>. Acesso em: 21 abr. 2006

TV DIGITAL: Governo prioriza política industrial, sob protestos de organizações. **Carta Maior**. Agência de Notícias: da Redação em 09 abr. 2006b. Disponível em: <<http://agenciartamaior.uol.com.br/templates/materia>>. Acesso em: 15 abr. 2006.

UNIÃO EUROPEIA. Delegação da Comissão Europeia no Brasil. **Carta à Ministra Chefe da Casa Civil Dilma Rousseff. Oferece apoio da União Europeia e Coalizão DVB para desenvolvimento de indústria de semicondutores**. Brasília, 2006. 04 p.

ZANATA, Carlos E. Deputados acusam governo de ignorar Congresso. **Tela Viva News**. 19 abr. 2006. Disponível em:

<<http://www.telaviva.com.br/News.asp?ID=62109>>. Acesso em 22 abr. 2006.